



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 136 - 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1997 - R\$ 1,00



Queda nas bolsas prova a fragilidade do plano Real. Cada vez mais o país está nas mãos do imperialismo.

Greves nas PMs mostram a falência dos Estados, agravada pelo plano Real.



Falta erguer um movimento nacional para combater FHC e seu plano antinacional e antipopular

Congresso da CUT/SP: Um Congresso Burocrático que aprovou uma linha de conciliação de classes

A quinzena de luta do movimento operário

As direções burocráticas que mantêm as organizações operárias no imobilismo acabam por facilitar decisivamente a implementação das medidas antipopulares e pró-imperialistas do governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar do aumento dos ataques contra o operariado, os camponeses e classe média arruinada, materializados no incremento do desemprego (só em São Paulo chega a 16%), do rebaiamento a níveis insuportáveis dos salários, da quebra de direitos trabalhistas elementares, da carestia e exploração, os burocratas têm evitado o choque com o governo e os capitalistas através do isolamento e quebra das greves que pipocam pelo país.

Os direções das entidades sindicais, populares e estudantis sob o controle do reformismo afirmam descaradamente que os movimentos dos explorados estão em crise e que a tarefa central é negociar com o governo as reformas. Não fazem greves com o pretexto de evitar que os patrões demitam mais ainda. Procuram reproduzir a afirmação burguesa de que a greve não é o método de luta dos oprimidos e está ultrapassado. Assim, acabam por se colocar como um obstáculo ao avanço das lutas do conjunto dos explorados contra os capitalistas, protegem os empresários, e abrem as comportas para que o governo aplique a fundo as reformas de privatização das estatais, os cortes de verbas da educação, saúde, habitação, previdência, quebra da estabilidade do funcionalismo, resultando no aumento da opressão social e nacional sobre os trabalhadores.

A classe operária e o conjunto dos explorados só poderão defender conseqüentemente suas conquistas e reivindicações organizando a luta nacional e unitária para combater FHC e derrubar integralmente seu plano antinacional e antipopular.

O caminho das lutas

* **Costureiras** lutam por manter piso salarial de R\$ 280,00 para não qualificados e R\$ 397,80 para qualificados, além do pagamento de 75% sobre as horas extras. Fecharam acordo para PLR: MM Noivas, São Caetano Noivas e Modas e a Brindes Criações e Modas que pertencem ao mesmo patrão.

* **Cegonheiros**, em protesto contra o transporte marítimo de veículos e ameaça de desemprego, impedem saída das carretas do ABC para o Porto de Santos e nos demais pólos das montadoras no país, como Vale do Paraíba, Betim. No ABC, a polícia foi chamada, porém somente 50 automóveis chegaram ao porto.

* Peões da empreiteira **Ribeiro Riondaro** em greve contra o não pagamento dos salários.

* Metalúrgicos da **CBA (Companhia Brasileira de Alumínio)** recebem parte dos salários atrasados após ameaça de greve

* Metalúrgicos da **Alumínio Irajá** paga salário de junho depois da greve.

* Metalúrgicos da **Gazarra** em greve contra atraso no recebimento do salário.

* Motoristas da **Viação Izaura** em greve para fazer cumprir o acordo coletivo e reintegração de um cobrador da comissão de garagem demitido há 2 meses. Com a greve, a empresa estaciona 10 ônibus nos terminais, mas motoristas levam os ônibus de volta para a garagem.

* Metalúrgicos da **BS Continental** fazem greve de 9 dias reivindicando Participação no Lucro e Resultados. Os não sindicalizados terão descontados 20% da PLR.

* Operários da **Metagal** fazem protesto de quatro horas contra demissão de 26 trabalhadores. Patrões se negam a receber comissão de trabalhadores para negociar.

* Metalúrgicos da **Walita (Philips)** em férias coletivas

* Metalúrgicos da **Molins** em greve contra o aumento no preço da refeição, convênio médico e cobrança do transporte fretado, que antes era gratuito.

* Metalúrgicos da **Cofap** paralisam por uma hora por causa da suspensão de companheiro que não fez compensação no domingo (pela greve de 4 dias). Com o protesto, patrão aceita compensação em outro dia.

* Operários da **Tecmafrig**, de Ribeirão Pires, em greve contra o atraso no pagamento dos salários e do depósito do FGTS. Não paga verba rescisórias de demitidos há dois meses e deve férias vencidas.

* **Trabalhadores nos transportes** (metroviários, ferroviários, portuários, caminhoneiros, rodoviários e motoristas de ônibus) preparam paralisação de 24 horas em todo o país. Reivindicam: manutenção da aposentadoria com 25 anos de trabalho, maior investimento no setor público de transporte, fim da proibição de horários nas rodovias e do controle na entrega de cargas, redução da jornada e melhores condições de trabalho.

* Operários da **Persico Pizza-miglio**, de Guarulhos e seus familiares lotam 12 ônibus e fazem protesto em frente ao Fórum João Mendes e bloqueiam a Via Dutra exigindo o pagamento de seus direitos não pagos em virtude da falência da empresa, que deve US\$ 250 milhões de salários e fornecedores.

* Marceneiros da **Sonolar** fazem paralisação de 2 horas contra o atraso no vale transporte e pagamento dos salários.

* Padeiros da **Brunella** ameaçam greve e patrões pagam o salário atrasado de julho.

* Moveleiros da **Waizer**, de Mogi das Cruzes recebem, após a greve de 14 dias, os salários atrasados.

* Operários da **Etti** ficam desempregados com o fechamento da unidade de Cajamar. Patrões negociam pacote de benefícios. A fábrica tem uma unidade em Petrolina, Goiás e em Araçatuba.

* **Topiqueiros de Fortaleza** ocupam e acampam na Praça do Ferreira, interditando o tráfego no local. Protestam contra a proibição de trafegarem pela cidade, pois vários carros foram apreendidos pela PM por determinação do prefeito Juraci Magalhães e pelo governador Tasso Jereissati. Lutam para legalizar o transporte alternativo em Fortaleza. Alguns topiqueiros iniciaram greve de fome por tempo indeterminado para que possam trabalhar novamente.



Nova crise do plano Real mostra sua fragilidade

O grande aumento do déficit público e a queima de quase 2 bilhões de dólares das reservas cambiais num único dia levaram à queda brusca nas bolsas de valores brasileiras. Os investidores ficaram receosos de que esses fatos fossem a ponta de um *iceberg*, o início da quebra do mecanismo da âncora cambial do plano Real e a consequente insolvência do Estado para cumprir seus compromissos com o parasitismo financeiro. Seus temores se ampliavam com as trocas de farpas entre ministros de FHC, especialmente pelas declarações de Sergio Motta, que reivindicava metade dos recursos obtidos com as privatizações para subsidiar investimentos produtivos. No dia seguinte, FHC teve de desmentir Motta e prometer que todos os recursos obtidos com as privatizações seriam voltados ao pagamento da dívida pública. Com isso e com manobras no mercado (fez-se com que os fundos de pensões investissem pesadamente no segundo dia de queda livre das bolsas), conseguiu-se contornar a maior crise de credibilidade do plano.

O episódio mostrou a grande fragilidade da política econômica governamental. Revelou que o gigantismo do parasitismo financeiro vai se tor-

nando cada vez mais fictício, e dependente da queima das estatais pelo governo e de um apoio firme do imperialismo para sustentar-se.

A tendência de quebra do plano leva as frações burguesas a pressionarem ainda mais o governo a acelerar a aprovação das reformas neoliberais, em especial as privatizações. A crise é utilizada para contornar as fricções entre os bandos burgueses, que disputam a sobrevivência enquanto sócios menores do imperialismo.

O capital financeiro internacional provou ser o principal ponto de apoio do plano Real. Qualquer perda de confiança do imperialismo no Real pode levar à sua quebra. Por isso, o governo teve de reforçar sua posição de sustentar a qualquer custo o parasitismo financeiro, aí incluído o incremento das medidas antinacionais e antipopulares.

A aceleração das privatizações e destinação dos recursos ao pagamento de dívidas permitirá um pequeno fôlego ao governo, mas certamente dará a esse mecanismo uma sobrevivência menor. E tudo isso aumentou ainda mais a dependência em relação ao capital estrangeiro, o que significa maior submissão do país ao imperia-

lismo.

A exposição da fragilidade do plano antinacional e antipopular mostrou que sua destruição só depende de um amplo movimento nacional de massas que se coloque pelo combate a FHC e seu plano. A paralisia das direções das organizações de massas, que se colocam numa posição de crítica a aspectos do plano e não à sua essência, é o maior obstáculo à sua derrubada. Aumenta a cada dia a responsabilidade do reformismo em relação à sobrevivência da linha ditada pelo imperialismo e aplicada pela burguesia nacional e seu governo.

Coloca-se a necessidade da construção de uma plenária nacional de base para combater FHC e seu plano de fome. A generalização das lutas rumo à greve geral seria um passo importante nessa direção.

NACIONAL



Privatizações prosseguem com as telecomunicações

O governo comemorou a privatização da banda B de telefonia celular. A abertura desse rentável mercado foi feita a um custo de 135 milhões de reais. Sabe-se que a lucratividade desse setor vai render bilhões de dólares ao consórcio vencedor, integrado pelas multinacionais norte-americanas.

A entrega da telefonia celular é mais uma imposição do capital financeiro internacional (imperialismo) ao Brasil. Trata-se de uma necessidade das multinacionais encontrarem um escoadouro para suas mercadorias acumuladas em estoques ou para sua grande produtividade.

Os capitalistas pregam a idéia de que o país necessita da melhora das telecomunicações e isso só pode ser feito pelas multinacionais. Mas ocultam a necessidade das multinacionais em relação à

expansão de mercados.

A burguesia nacional e seu governo, submissos ao imperialismo, concedem a exploração do mercado nacional sem nenhuma contrapartida. Esse tipo de acordo privilegia amplamente o imperialismo, aumentando a dependência e opressão nacionais.

A luta contra o plano antinacional e antipopular de FHC deve incluir a reivindicação da ruptura de todos os acordos firmados com o imperialismo. Este é um aspecto da luta antiimperialista, que necessariamente se choca com os interesses da burguesia nacional e, portanto, é também anticapitalista. Para sua construção, depende do proletariado se levantar à cabeça da nação oprimida e dirigir a luta através de sua vanguarda organizada no partido revolucionário.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL: R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

Agrava-se a crise nas PMs

Depois da explosiva greve da Polícia Militar mineira, que impôs um reajuste de 48% ao governo do PSDB, se desencadeou um amplo movimento por vários estados: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará e São Paulo.

Está aí por que o governo federal condenou o governo de Minas por ter cedido à greve e manifestações de rua da PM, mesmo considerando a possibilidade de se abrir um confronto armado entre as forças do Estado. A orientação de FHC era de derrotar o movimento, de forma a bloquear o descontentamento geral na polícia militar e civil. Mas o temor da crise ganhar proporções levou o governador mineiro a ceder parcialmente as reivindicações.

A proliferação das greves não fez senão confirmar a existência da crise geral no seio do aparato de segurança do Estado burguês. Trata-se de um acontecimento inédito a abrangência e as formas de luta utilizadas pelos policiais. Por toda parte, as assembleias foram convocadas, as greves decretadas e as manifestações de rua organizadas.

Se a regra é a polícia sair às ruas para reprimir as greves dos explorados, agora é a tropa que se utiliza dos métodos da classe operária para defender sua existência, com a vantagem de poder fazer uma greve armada. Mas nem por isso não sofreu repressão de outra parte do aparato repressivo.

Em Minas, premeditadamente, um policial foi morto a tiro quando organizava a manifestação. Em Alagoas, a

tropa do exército abriu fogo contra os manifestantes, ferindo vários deles. Enfim, em todos os estados, os governadores se socorreram do exército, apesar do perigo da greve se transformar em choque armado entre as unidades da polícia e do exército, provocando uma rachadura no braço armado do Estado.

Esse quadro indica a ebulição da crise de regime que vem se gestando desde a falência do regime militar. Somente a ausência de uma direção revolucionária e da intervenção da classe operária retarda a evolução da crise do regime político e a constituição de um movimento revolucionário antiimperialista e anticapitalista.

A falência dos estados

Todos os governadores alegam a mesma razão para o arrocho do funcionalismo: o cofre estadual está quebrado. O caso de Alagoas é o extremo da crise financeira. De uma dívida de 421 milhões de reais, o estado passou a dever 2 bilhões no governo de Suruagy. E os funcionários, excluindo apenas os da Câmara Legislativa e parlamentares, estão sem receber os salários a 8 meses.

Segundo do governo federal, cerca de 700 milhões de reais foram destinados à gestão de Suruagy, mas foram canalizados para os usineiros e empreiteiras. Enquanto tais grupos econômicos se aproveitam das finanças públicas, os assalariados do estado passam fome e sobrevivem às custas de ajuda familiar.

No governo Collor, fez-se a concessão aos usineiros de não recolherem impostos por um período de tempo e mesmo assim o estado está sendo cobrado em mais de 200 milhões. Está aí o retrato do capitalismo brasileiro no seu elo mais débil. O estado está falido e as oligarquias continuam a sugá-lo às custas da miséria do funcionalismo e demais trabalhadores. Está aí a explicação por que o ano letivo escolar ainda não começou. A escola pública estadual está literalmente dissolvida e destruída. Na rede municipal, inchada pela liquidação da rede estadual, 40% dos professores não têm qualquer qualificação para a profissão.

Nesse quadro é surpreendente que o levante unitário dos funcionários da educação, saúde, fazenda e policiais tenha demorado muito a ocorrer.

Os demais estados não se encontram nessa situação extrema, mas caminham para esse ponto. O Mato Grosso também está marcado por

atraso no pagamento do funcionalismo. Em São Paulo, Mário Covas impôs demissões em massa e arrocho salarial para conter a crise financeira. Essa é a situação geral.

Há pouco o governo federal lançou um plano de rolagem da dívida dos estados, mas com o objetivo de impor-lhes as regras do Plano Real, ou seja, privatizar, demitir funcionários, reduzir os gastos com educação, saúde etc. Aproveitou-se do fato das dívidas estaduais explodirem devido a política monetária de altos juros e correções. Sem dúvida, parte da dívida se deve ao esbanjamento, desvio, corrupção e saque em favor dos interesses de empreiteiras, usineiros, banqueiros etc. A falência da maioria dos bancos estaduais é parte dessa situação. Acrescenta-se a isso o confisco de 20% do orçamento dos estados e municípios através do Fundo de Estabilização Fiscal e a isenção de recolhimento de ICM para os exportadores de produtos primários.

Como se vê, os estados suportam o peso do Plano Real, que vem proteger os especuladores internacionais, facilitar a penetração do capital parasitário, abrir o mercado e entregar as estatais. Certamente, não são as oligarquias regionais que arcam com o sacrifício, mas sim os trabalhadores e seus filhos.

Ao se compreender essa ligação, não se pode desvincular as lutas nos estados da política econômica do governo federal e da crise geral do capitalismo. A tarefa é levantar a bandeira de derrubada integral do Plano Real e do governo pró-imperialista de FHC. A política dos governadores é apenas um reflexo da linha antinacional e antipopular do governo.

Um problema do capitalismo

O número de PMs se torna cada vez maior. Em todos os estados, os governadores baseiam a "política de segurança" no inchaço das tropas. Mesmo assim, os efetivos continuam a ser considerados insuficientes diante do crescimento da marginalidade.

Ocorre que a segurança no capitalismo, e ainda mais no capitalismo decadente, é a segurança do Estado e da burguesia contra as massas famintas. O crescimento da marginalidade segue o crescimento da fome e da pobreza da maioria. Certamente, os Estados falidos pelo endividamento e baseados numa economia que não pode avançar devido a sua crise estrutural só podem manter policiais



com um salário de fome.

A base das tropas é formada por operários, camponeses e classe média paupérrima que não têm emprego e se refugiam na PM. Vão servir ao Estado e à burguesia que oprimem a classe de onde vieram. Mas devido à crise ficam sujeitos a um salário de mortos de fome.

As greves que pipocam por todos estados expõem as rachaduras no sistema burguês. As condições objetivas obrigam os policiais a quebrarem a hierarquia totalitária do aparato repressivo e saírem em defesa de suas vidas. A luta de classes se expressa no interior das tropas.

Entretanto, dado a ausência do partido revolucionário e de uma sólida organização operária independente, tais rachaduras apenas permanecem potencialmente revolucionárias. No sentido que enfraquecem o Estado burguês e permitem o movimento das massas avançarem contra o domínio capitalista.

A revolta em Alagoas

A greve da PM, juntamente com a dos funcionários públicos, destituiram o governador Suruagy. A Câmara Legislativa era de total controle do governador, expressão da oligarquia alagoana de usineiros e latifundiários. Apesar da falência de sua administração, marcada por atraso no pagamento dos salários, por dispensar todo tipo de vantagem aos usineiros e fraudar os precatórios, os deputados amigos não iriam afastar Suruagy. Alguns já haviam pedido ao Presidente da República que exortasse o governador a renunciar. O que não foi feito. Coube aos PMs e funcionários, em manifestação e conflito aberto com as tropas do exército, derubarem Suruagy, que pediu afastamento do cargo, num gesto de renúncia.

O Parlamento estadual foi sitiado pelos manifestantes dispostos a se confrontarem com o exército armado de baionetas e metralhadoras. A bandeira era abaixo Suruagy e pagamento dos salários. O governador se afastou, mas o problema permaneceu. Os salários não foram pagos, restando apenas as promessas do vice-governador, Manoel Gomes de Barros, de negociar uma saída com o governo Federal.

FHC impôs uma série de condições para conceder auxílio financeiro (intervenção nas secretarias, presença das tropas do exército), mas não pôde intervir diretamente porque isso paralisaria as reformas, em votação no Congresso, conforme a Constitui-

ção. Mas houve na prática uma intervenção branca.

É decisivo que se constitua um comando de luta e se mantenha a greve com manifestações. Defender nenhuma intervenção nos estados, fora com as tropas federais e que os trabalhadores mobilizados defendam suas necessidades. Sem a radicalização contra o governo e a oligarquia não será possível impor as reivindicações.

Miguel Arraes do PSB endurece contra os grevistas

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, se rodeou do exército para dizer não às reivindicações da PM. Frente aos 70% de reajuste exigidos, concedeu a migalha de 10 Reais de abono e reajuste escalonado de 11% a 29%. Os policiais em assembleia decidiram continuar a greve. Miguel Arraes rompeu as negociações, exigindo a volta aos quartéis. Como qualquer governo burguês autoritário, o ex-nacionalista e adorado ídolo da esquerda estalinista, impôs o fim da greve para reiniciar as discussões com a comissão de representantes do movimento.

Antes mandou a cúpula da Polícia prender os líderes do movimento, efetuada na forma de um sequestro, típico do regime militar. Estes foram soltos mediante manifestações dos grevistas e ameaça de radicalização.

É com esse governador que Lula e o PT contam para reconstituir a Frente Brasil Popular. É a isso que os reformistas chamam de candidaturas de esquerda ou de setores do "campo democrático e popular".

Rio Grande do Sul: mais impostos e privatização

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul realizou uma marcha com seis mil homens. No dia seguinte, decretaram greve para o dia 23. A polícia civil também fez uma passeata com três mil e quinhentos participantes, dirigindo-se para o Palácio Piratini.

Exige-se um reajuste de 222% no adicional de risco de vida. Os policiais denunciam o não cumprimento pelo governo de acordos anteriores, que constam em lei. O governador Antonio Britto, do PMDB, condicionou o atendimento das reivindicações à aprovação pela Câmara estadual de um aumento dos impostos e à privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações.

Está evidente que pretende jogar nas costas da população mais impostos, uma vez que o aumento do ICM

será fatalmente repassado para os preços. Também objetiva quebrar a resistência à privatização da Telecomunicação.

Faz parte do movimento contra o arrocho o movimento dos professores. É importante que levante a bandeira contra mais impostos e contra as privatizações.

Paraíba: "Tô com fome"

No dia 14 de julho, os policiais se concentraram em frente ao Palácio da Redenção. Aos poucos foram ganhando adesão da população. O salário base dos PMs é de 32 Reais. Depois de um mês de negociação, o governador José Maranhão fez uma contraproposta que é um acinte. Somou todos os direitos já adquiridos aos 32 Reais, atingindo assim o valor de 250 Reais.

A reivindicação dos PMs é, no entanto, irrisória, ou seja, a elevação do piso para um salário mínimo. Qual foi a resposta do governador? Colocou os tanques do exército para proteger o Palácio.

A atitude dos grevistas de deixarem as armas em casa foi uma demonstração de fraqueza, da qual o governador se aproveitará para derrotar o movimento. O cartaz "Tô com fome" só pode ser defendido com a greve armada, como a de Minas e Alagoas.

Os professores também decretaram greve no dia 14 de julho. Reivindicam salários de 600 Reais para licenciados, 300 para polivalentes e 200 para o pessoal de apoio. Esses números mostram que exigem bem abaixo da real necessidade. Que família sobrevive com tais valores?

Mesmo assim o Secretário da Educação, Carlos Pereira, atacou a greve com o argumento de que a direção do sindicato quebrou um

NACIONAL



acordo de negociação. Está evidente que sem uma greve radical, baseada em comitês, piquetes, manifestações e ocupações de avenidas, órgãos públicos etc, os professores não poderão quebrar a resistência do governo.

Qualquer luta esbarra na política econômica de arrocho e miséria do Plano Real. Somente a unidade grevista terá condições de obter conquistas.

Mato Grosso do Sul: a tendência é radicalizar

Seguindo a conduta geral dos demais estados, o governador Wilson Martins se nega a atender o pleito dos policiais e cercou o Palácio com tropas do exército. A inflexibilidade do executivo vem obrigando os grevistas radicalizarem nos métodos. Decidiram ocupar o Quartel General da PM próxima à sede do governo, na Praça dos Poderes. O governador ameaça com a presença do exército que mantém vigilância na área. Está ficando claro que a simples greve não removerá a intransigência do execu-

tivo. A radicalização nas formas de luta, como as passeatas, ocupações é a via para o movimento se impor.

As polícias são instrumento do Estado e da burguesia

É necessário apoiar a greve das PMs contra a fome e a miséria imposta pelo regime capitalista. Também é dever revolucionário lutar contra a repressão do Estado contra os grevistas e defender o direito democrático de greve e manifestações, inclusive portando as armas. Entretanto, é imprescindível dizer claramente que a polícia é o braço armado para reprimir o movimento operário e demais camadas de explorados.

A cúpula da polícia recebe um salário de marajá e orienta totalitariamente os policiais a serem algozes dos trabalhadores. Está aí por que não se trata de defender a melhoria de vida dos policiais para que estejam em melhores condições para atacar as greves e proteger a propriedade dos capitalistas e latifundiários.

A defesa da greve vem no sentido de aprofundar a crise do Estado burguês e desintegrar o aparelho de repressão. Somente com a passagem da parcela oprimida para o lado da classe operária será possível combater a opressão social.

Os policiais e soldados rasos são também vítimas da exploração, mas ao mesmo tempo estão a serviço da sustentação do regime capitalista.

Essa contradição só poderá ser resolvida pela luta revolucionária, que inclui a destruição do aparato repressivo e constituição das milícias populares.

A resposta deve ser organizada em nível nacional

A situação do funcionário público estadual e federal passou de precária para desesperadora, uma vez que os salários não se reajustam há três anos, fruto do arrocho do Plano Real. Mas a situação de miséria é ampla. Atinge todas as camadas exploradas. Inclui-se aí o desemprego crescente.

A classe operária tem realizado greves diárias, mas fragmentadas e isoladas. O nível de suportabilidade já ultrapassou os limites. Mas as medidas da reforma neoliberal insistem em esmagar ainda mais as condições de vida da maioria.

Nenhum movimento isolado poderá se impor diante da decisão do governo antinacional e antipopular levar adiante sua política econômica. Está colocada a tarefa de organizar um amplo movimento nacional pela derrocada do Plano Real e pela defesa de um plano de reivindicações das massas.

As tendências de luta nos estados apontam para a greve geral. Trata-se de exigir que a CUT passe a organizá-la imediatamente.

Agricultura sofre com plano Real

A Gazeta Mercantil apresentou dados que mostram que a agricultura brasileira produziu em 1996 o mesmo que em 1989, sendo que no período 1991-1993 houve queda na produção.

A estagnação mostra que a política econômica do governo tem bloqueado o aumento da produção agrícola, que já é pequena diante do potencial brasileiro.

A agricultura brasileira está voltada principalmente para a produção de grãos para exportação. Comparem em primeiro plano as culturas de soja e milho, sendo que este se destina em grande medida à alimentação de frangos para exportação.

Assim, a produção agrícola está submetida aos interesses imperialistas, em detrimento das necessidades da população, que conta com grande parcela de famintos e desnutridos.

Antes, a alta inflação levava à quebra dos pequenos e médios produtores, através do endividamento bancário. Hoje, o processo se repete, mas é a alta dos juros aliada às dificuldades de exportação causadas pelo plano Real (mecanismo artificial do câmbio) que pressionam a agricultura para baixo.

As dificuldades da agricultura expressam a opressão nacional. A burguesia agrária está umbilicalmente ligada ao imperialismo, que impõe seus interesses desde o plantio até a venda dos produtos agrícolas.

O plano Real aprofunda esse problema, com a elevação artificial do valor da moeda nacional, que torna os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional, e com as elevadas taxas de juros, que

inibem os financiamentos e são um chamariz para o desvio de investimentos do campo para a jogatina da especulação.

A produção agrícola brasileira poderia ser ampliada várias vezes, já que é pequena a parte cultivável do solo nacional aproveitada. Mas isso depende de livrar o país da opressão nacional, colocando a agricultura a serviço na população, e não do imperialismo. Depende de atacar a fundo a propriedade da terra, que está em grande parte concentrada nas mãos do capital financeiro, servindo apenas à especulação. Depende de resolver a questão da terra, incluída a cultivada, concentrada nas mãos dos latifundiários, através da expropriação e entrega aos sem-terra. Depende de mecanizar a produção agrícola, para torná-la muito mais produtiva. Enfim, depende da revolução agrária, que só pode ser parte da revolução proletária.



Um Congresso da burocracia sindical

O VIII CECUT-SP (Congresso Estadual da CUT), realizado entre os dias 17 e 20 de julho, contou com 734 delegados, na sua quase totalidade de diretores de sindicatos. O que por si só reflete o alto grau de burocratização em que se encontram os sindicatos e a Central. O método de não realização de amplas assembléias e discussão na base dos documentos e resoluções do congresso para a escolha de delegados acaba favorecendo a burocracia.

Nesse sentido, a delegação do CECUT foi a expressão da política burocrática, que afasta dos organismos de decisão aqueles que de fato mantêm o vínculo direto com o trabalho, ou seja, os trabalhadores de base. Um outro dado que mostra a degenerescência dos congressos da CUT é a presença minoritária de delegados da classe operária. A composição social majoritária se constituiu da classe média urbana (professores, bancários, funcionários públicos etc)

Foi apresentada uma única tese: a da direção nacional da CUT. É um caderno com a análise da conjuntura estadual e balanço político organizativo da Central. A tese única foi elaborada pela corrente majoritária da CUT, a Articulação/PT. Essa tese foi aprovada na íntegra pelas direções dos sindicatos controlados pela Articulação. Para isso, essa corrente utilizou de um regimento para a condução do Congresso, que cerceava o direito elementar de um delegado expor suas posições políticas e sindicais.

O regimento determinava que qualquer emenda à tese única deveria ser seguida de 74 assinaturas de delegados. Da mesma forma, qualquer moção de solidariedade ou repúdio deveria preencher a mesma condição. Outro ponto do regimento que favoreceria estritamente a tese da Articulação era o fato de que qualquer emenda para ser discutida no Congresso Nacional (Concut) dependia da aprovação de 20% dos delegados. Isso num congresso sob o controle ideológico da Articulação era extremamente difícil convencer pelos argumentos a maioria dos delegados. O Congresso dessa maneira não passa de uma fachada para legitimar a política antidemocrática da burocracia. De antemão tudo já estava decidido. A única função do congresso era resolver a eleição da direção, que por sua vez já estava negociada nos bastidores. Tal característica nada tem a ver com um congresso operário ou com a democracia sindical.

Por outro lado, as correntes que são minoritárias na direção da CUT, entre elas o PSTU, PCdoB (Corrente Sindical Classista), O Trabalho e setores do PT agrupados na Alternativa Socialista, já possuíam no caderno de teses algumas emendas à tese da Articulação. O bloco que se formou entre tais correntes procurou fazer uma diferenciação da tese da Articulação, porém não na sua essência. As críticas eram mais epidérmicas, pois não atingiam o centro da política colaboracionista do reformismo. Ou seja, a estratégia de remendar o plano neoliberal do governo FHC e de apresentar um "Plano Alternativo", constitutivo de uma frente popular para as eleições de 1988.

Dessa forma, essa oposição de esquerda não defendeu a bandeira de pôr abaixo o governo FHC e seu plano. Mesmo as reivindicações mais elementares dos trabalhadores (como salário mínimo vital, reajustes automáticos, reposição das perdas, diminuição da jornada de trabalho para 6 horas sem redução da jornada de trabalho, estabilidade a todos e aposentadoria por tempo de serviço, Previdência, saúde e educação gratuitos e defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores etc) foram defendidas de forma inconsequente, uma vez que não respondiam à tarefa de pôr em pé um movimento antiimperialista e anticapitalista.

A defesa dessas reivindicações implicava a luta contra as negociatas da CUT e a reafirmação dos métodos próprios dos trabalhadores: a greve, ocupações, manifestações de massa para derrotar a totalidade do Plano antinacional e antipopular.

Como as diferenças eram conjunturais e não estratégicas, o resultado só poderia ser o da concordância de um plano de luta. Foi o que ocorreu com a apresentação de um Plano de Luta, costurado na base do consenso entre a Articulação e essas correntes, que circunstancialmente divergiam num ou noutro ponto com a política da ala majoritária da CUT. Cabe ressaltar que a diferença se restringiu se se apresentava uma data para a greve geral ou não. Como se vê, o fato de não se delimitar estrategicamente das posições reformistas da Articulação só poderia levar a esse acordo oportunista sobre a ação da CUT para o próximo período. Um acordo que se resumiu a um calendário de limitadas mobilizações, a exemplo do dia 25/7 e do 7 de setembro como "grito dos excluídos".

O essencial desse acordo é que

essas correntes de esquerda desvinculam a análise política e o balanço de atividade da burocracia do plano de luta. É como se toda divergência pudesse ser deixada de lado e se constituísse uma unidade entre a Articulação e as correntes em torno do plano. Está aí o método oportunista que amortece o combate à burocracia traidora. Não é por acaso que a Articulação comemorou a unidade final.

A intervenção do POR no Congresso

O POR participa do congresso denunciando a burocratização da CUT, que impediu que as nossas teses fossem reproduzidas. Mesmo entregando no tempo estipulado pela direção, a Articulação não as imprimiu, isso porque já tinha de antemão o regimento que determinava que era necessário coletar 10% das assinaturas de delegados. Dessa forma, coube aos militantes do POR a tarefa de convencer uma parcela de delegados para que pudesse ter o direito de expressão e defesa de suas posições políticas no Congresso.

Nesse sentido, foram apresentadas uma emenda sobre as diretrizes neoliberais, que vem sendo implantadas no país e, em particular, no estado de São Paulo e, por outro lado, a política de colaboração do reformismo petista que, através dos sindicatos e Central, fragmenta as lutas e ilude os trabalhadores com as negociatas com o governo e patronato. Essa emenda, pelo fato de criticar o reformismo, contou com poucos votos, pois as correntes de esquerda (ditas acima) se abstiveram. Outra emenda, se referiu a defesa do estatismo, sob o controle dos trabalhadores, como parte

Nacional



da luta antiimperialista de rechaço às medidas neoliberais de abertura total da economia nacional. Uma outra emenda se referiu à defesa da democracia operária em oposição à burocratização que vem sendo sedimentada nos organismos de classe dos trabalhadores. Por fim, apre-

sentamos uma moção de repúdio à conduta do presidente da Apeoesp de utilizar a Justiça do Estado para punir o professor Antônio Justino. Miseravelmente, o PSTU, O Trabalho, PCdoB se abstiveram, aliando assim à defesa do burocrata Roberto Felício.

O POR considerou que era necessário, nas condições mais adversas de ter de colher assinaturas, apresentar emendas para que pudesse expressar politicamente suas posições e combater a burocracia. O caráter limitado que foi imposto pelo regimento e o pequeno número de delegados não devem ser motivos para que uma corrente se anule perante a tru-

culência de um congresso burocratizado. Esse fato não foi compreendido por outras correntes, também muito minoritárias, que se abstiveram do debate de posições políticas em razão da burocracia ter imposto a coleta de assinaturas.

O fundamental é que a militância porista trabalhou em torno da tarefa de derrubada do Plano antinacional e antipopular e do governo FHC. Colocou-se pelo objetivo da constituição da frente única antiimperialista. Insistiu na defesa do método da ação direta para resistir aos ataques do governo e dos capitalistas.

Formação da direção

Como era previsto, duas chapas foram formadas. A da Articulação, defendendo a reeleição de Feijó e a das correntes de esquerda. Esta tendo à frente um membro do PSTU. A chapa da Articulação obteve 66,87% dos votos e a outra 33,14%. As abstenções e voto nulo chegaram a 3,78% dos 685 delegados votantes. Coube ao bloco tido de esquerda três dos 7 cargos que compõem a executiva da CUT estadual.

A chapa desse bloco de esquerda não foi formada a partir das plenárias abertas, onde as correntes e a militância de base pudessem expressar suas posições. Ao contrário, também

foi constituída a partir de um consenso entre a cúpula de tais correntes, onde a disposição dos nomes estava em função do número de delegados que cada uma delas possuía no congresso. As diferenças políticas entre elas foram acobertas para que o acordo se estabelecesse. Um exemplo foi o fato do PCdoB defender algumas posições muito próximas às da Articulação, como a constituição de uma "frente ampla do campo progressista" para as eleições de 1998. Os estalinistas se destacaram justamente por defender uma aliança com partidos da burguesia, como o PDT, PSB e até mesmo com setores do PMDB. Mesmo assim, o PSTU não se demoveu em compor a chapa com tal corrente.

Na impossibilidade de se constituir uma chapa revolucionária, o POR votou nulo e com ele uma parte da militância classista. Tal posição expressou o combate aberto à burocracia e nossa delimitação com o bloco da esquerda centrista e estalinista. Mais uma vez ficou evidente a necessidade de se constituir uma fração revolucionária no interior dos sindicatos e da CUT, baseada num programa antiimperialista e anticapitalista. Uma fração vinculada às bases e totalmente oposta ao aparelhismo sindical e ao oportunismo da esquerda centrista.

As esquerdas e a acusação sobre Tonhão

Uma questão de princípio

O POR, a Liga e um grupo de independentes apresentaram uma moção de repúdio ao processo judicial movido pelo presidente da Apeoesp contra o militante Antônio Justino (Tonhão). Explicamos que os problemas do movimento sindical devem ser resolvidos pelos próprios trabalhadores, através de suas assembleias. A burocracia da Apeoesp ao recorrer à repressão da Justiça patronal se utiliza do Estado burguês para reprimir o seu adversário. Trata-se de um golpe na democracia operária e na liberdade elementar de expressão. O burocrata sabe que Antônio Justino carrega em suas

costas vários processos e uma condenação por ter participado das ocupações de terra e por desafiar o Estado. Aproveita-se disso para realizar sua sanha repressiva.

Em resposta à nossa defesa, Roberto Felício disse que não se trata de uma divergência política, mas sim de um caso pessoal de agressão verbal. Melancolicamente, chegou a citar duas palavras proferidas por Antônio Justino no Congresso de Professores: pelego e safado. Em realidade, não são essas duas denominações que moveram Roberto Felício a processar o opositor. É que este tem sido um feroz adversário da burocracia, ainda que muitas vezes com métodos equivocados. O outro argumento é que não tinha sentido acusá-lo de entrar na Justiça burguesa quando a oposição fez o mesmo nas eleições sindicais da Apeoesp. O que Roberto Felício não esclareceu é que os proponentes da moção denunciaram as demais correntes de oposição (PSTU, Causa Operária, O Trabalho e PCdoB)

por terem recorrido a esse canal para reverter a fraudulência do pleito.

Pois bem, justamente o PSTU, O Trabalho e PCdoB se abstiveram na votação de nossa moção, o que foi um voto de concordância com a utilização da Justiça burguesa. A não utilização do Estado e de seu aparato para a luta política com as correntes adversárias do movimento sindical é uma questão de princípio dos marxistas. O PSTU e seus aliados que se abstiveram demonstraram que não se guiam por princípios. Na hora da votação, desde fora do plenário Valério Arcary (dirigente do PSTU) defendeu a abstenção com o argumento de que Antônio Justino já deveria ter sido expulso da Apeoesp, argumento esse apoiado por uma militância do O Trabalho.

Por aí vemos o quanto apodrecida é a política da esquerda centrista. Para nós, trata-se de manter e ampliar a campanha em defesa da militância de Antônio Justino e da democracia sindical.



Campanha dos 150 anos do Manifesto Comunista

Continuam os trabalhos de divulgação, reuniões e formação de comitês pró-150 anos do Manifesto. Em São Paulo está previsto um calendário de atividades. Na PUC e na USP estão formados os grupos de trabalho. Convocamos toda militância, trabalhadores e juventude a engrossarem as fileiras em defesa do Manifesto Comunista.

Sem dúvida há aqueles que se utilizam do acontecimento para fins acadêmicos, projeção pessoal e proselitismo disfarçado de marxista. Mas trata-se de separar o trigo do joio.

O POR está desde o início do movimento para defender a construção do partido trotskista, que tem por base o Manifesto, Os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional Comunista e o Programa de Transição da IV Internacional. Para nós, esses três programas constituem uma unidade, a da estratégia da revolução e ditadura proletárias. É no espírito da militância comunista que chamamos à participação e contribuimos com a organização do movimento.

Daqui para frente, o Massas irá dedicar uma página para expor os princípios e posições históricas do Manifesto, escrito por Marx e Engels. O objetivo é que sirva de instrumento para o estudo revolucionário pela militância de fato comprometida com o socialismo científico. Iniciamos com um texto de Leon Trotsky, escrito em outubro de 1937, quando se achava exilado em Coyacan, México. Devido sua extensão, publicaremos em partes.

A Noventa Anos do Manifesto Comunista

Leon Trosky

Custa a acreditar que faltem somente dez anos para que se cumpra o centenário do Manifesto do Partido Comunista! Esse panfleto, mais genial que qualquer outro na literatura mundial, nos surpreende ainda hoje por sua juventude. Suas partes mais importantes parecem que foram escritas ontem. Com certeza, os jovens autores (Marx tinha 29 anos, Engels, 27) não só tiveram uma maior visão do futuro que seus predecessores como também jamais foram iguálos.

Já no prefácio que escreveram juntos para a edição de 1872, Marx e Engels declararam que, apesar do fato de que certas passagens secundárias no Manifesto estivessem ultrapassadas, consideravam que não tinham nenhum direito de alterar o texto original, uma vez que o Manifesto já havia se convertido, no período de 25 anos transcorridos, em um documento histórico. Sessenta e cinco anos se passaram desde aquele momento. Passagens isoladas se tornaram mais antiquadas ainda. Nesse prefácio, trataremos de assinalar sucintamente tanto aquelas idéias do Manifesto que conservam todo seu vigor quanto aquelas que requerem alterações ou ampliação importante.

1. O conceito materialista da história, descoberto por Marx pouco antes e aplicado com consumada habilidade no Manifesto, resistiu perfeitamente à prova dos fatos e aos golpes da crítica hostil. Constitui, hoje, um dos instrumentos mais va-

liosos do pensamento humano.

As demais interpretações do processo histórico perderam toda significação científica. Podemos dizer com certeza que em nosso tempo é impossível não só ser um militante revolucionário como ainda um observador versado em política sem assimilar a interpretação materialista da história.

2. O primeiro capítulo do Manifesto começa com as seguintes palavras: "A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias é a história da luta de classes". Deste postulado, a conclusão mais importante que se extrai da interpretação da história se converteu imediatamente em um elemento de discussão na luta de classes. Ataques especialmente venenosos contra a teoria que substituiu "o bem comum", "a unidade nacional" e "as verdades morais eternas" por interesses materiais como força motriz foram lançados por hipócritas reacionários, doutrinários liberais e demócratas idealistas. Mais tarde se somaram indivíduos recrutados das filas do próprio movimento operário, os chamados revisionistas, isto é, aqueles que se propunham a rever ("revisar") o marxismo no espírito da colaboração de classes. Finalmente, em nossos tempos, os depreciáveis epígonos da Internacional Comunista (os "estalinistas") seguiram, na prática, o mesmo caminho: a política da assim chamada "Frente Popular" surge da total negação das leis da luta de classes. Entretanto é precisa-

mente a época do imperialismo que, levando todas as contradições ao seu ponto mais alto de tensão, dá ao Manifesto Comunista seu maior triunfo teórico.

3. A anatomia do capitalismo, como uma etapa específica no desenvolvimento econômico da sociedade, foi exposta por Marx em sua forma acabada no "O Capital" (1867). Mas já no Manifesto Comunista as linhas mais importantes da futura análise foram firmemente esboçadas: o pagamento da força de trabalho como equivalente ao custo de sua reprodução; a apropriação da mais-valia pelos capitalistas; a concorrência como lei fundamental das relações sociais; a ruína das classes intermediárias, isto é, da pequena burguesia urbana e camponesa; a concentração de riquezas em um número decrescente de proprietários em um pólo e o crescimento numérico do proletariado em outro; a preparação das pré-condições materiais e políticas para o regime socialista.

NACIONAL



Reivindiquemos um reajuste salarial de imediato

O governo está decidido a não oferecer nada mais para o magistério. O objetivo é reduzir ao máximo os recursos para com a educação. Agora, aguarda os detalhes para a implantação do "Fundo de Desenvolvimento" (Fundão) para vincular os gastos com o ensino com a arrecadação das verbas através desse Fundão. A folha de pagamento não pode ultrapassar os 60% do montante arrecadado. O restante servirá para o "custo-aluno", que se limitará aos 300 reais anuais. Com isso, espera convencer os prefeitos a assumirem a municipalização, livrando assim o Estado do encargo da grande maioria dos alunos (ensino fundamental).

A Reforma do Ensino segue a orientação geral ditada pelo Banco Mundial. Há que reduzir os gastos e ampliar a rede privada de ensino. Um passo para isso é a municipalização, onde os prefeitos estão prontos para as parcerias com a iniciativa privada. É parte dessa reforma a demissão (como forma de "enxugar a máquina estatal"), que ora aparece sob a forma de "exames probatórios", "demis-

são voluntária", retirada de disciplinas do currículo, reforma no ensino médio, fechamento de salas e escolas etc. Também se soma a isso o arrocho salarial. Não é por acaso que há dois anos não se fala em reajuste.

Como se vê, o governo age centralizadamente para impor uma reforma que nada tem a ver com a melhoria da qualidade do ensino e acesso a todos à escola. A miséria salarial dos educadores e da maioria de nossos alunos é a prova mais contundente dos objetivos dessa reforma, que certamente está a serviço da redução dos déficits públicos, para que o Estado possa honrar seus compromissos com os credores internacionais, entre eles o Banco Mundial. E, também, da política de mercantilização do ensino.

Responder com luta a miséria que nos é imposta

A experiência tem demonstrado que só através das manifestações de rua é possível demover o propósito do governo de não reajustar os salários do funcionalismo. A diretoria da Apeoesp insiste nas negociações descoladas da mobilização da classe. Insiste, também, nos aerogramas e nas caravanas, enquanto que a totalidade dos professores permanece desorganizada e à mercê da politicagem do PSDB de exaltação de uma reforma educacional oposta aos reais interesses da população e dos educadores. Os resultados têm sido o fracasso e a destruição das poucas conquistas sociais, a exemplo do fim da estabilidade, o arrocho salarial e um plano de carreira que serve unicamente aos objetivos do Fundão, que é a municipalização.

Por outro lado, a experiência demonstra que os trabalhadores organizados que fazem greves, ocupações e manifestações de rua têm pressionado o governo para a obtenção de reajustes. Haja vista as grandes mobilizações dos policiais, as greves dos condutores, portuários etc. E só não têm conseguido mais vitórias pela política das direções sindicais que acaba fragmentando as lutas e, com isso, enfranquecendo-as.

Dessa forma, é urgente a nossa organização em assembléia para aprovar o caminho correto da luta. Devemos, na reunião dos representantes de escola, no dia 7, aprovar a linha da mobilização e preparação do professorado para a greve. Não dá mais para esperar a "boa vontade" do governo, pois sabemos que daí não pingará um centavo. É preciso romper com o imobilismo que foi imposto aos educadores e ganhar as ruas num grande movimento grevista. A unidade com outros setores deve ser o ponto de partida para o nosso movimento.

Nesse sentido, organizemos nossas escolas para a greve. O governo sabe muito bem nossas reivindicações, porque a diretoria já as protocolou inúmeras vezes na Secretaria da Educação e no palácio. A resposta do governo depende de nossa disposição de luta.

- Participemos da reunião de representantes de escola do dia 7!

- Defendamos a convocação imediata de uma assembléia e a deflagração da greve!

- Todos ao ato do dia 25, sexta-feira, na Avenida Paulista!

Realizado o V Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário

Após um período de 6 meses de preparação, realizou-se nos dias 12 e 13 de julho o V Congresso do POR.

Realizado num momento importante da Conjuntura Nacional, de total entrega do país por parte da burguesia e seu governo ao imperialismo, comprovada nas votações das recentes reformas e do aumento do nível de miséria das massas, que atingem até os órgãos de repressão como o caso das mobilizações das PMs por todo o país.

Considerado entre os militantes como o Congresso mais elevado no que diz respeito

às discussões, contribuições, críticas e autocríticas. Foi importante também o salto de intervenção coletiva dos delegados nas discussões. E por refletir uma maior influência do partido no interior dos movimentos de massa, ainda que embrionariamente.

Os balanços das células mostraram os acertos, mas também os defeitos que demonstram nossas dificuldades de construção e que devem ser corrigidos no próximo período

Por fim o V Congresso potenciou o Partido a enfrentar o próximo período, confirmando o acerto da linha desenvolvida até aqui, o que nos diferencia totalmente das correntes que neste momento se vêem fragilizadas e com sérias fraturas.



União Européia: expressão da crise capitalista

O Tratado de Maastricht tem se constituído mais em pesadelo do que solução para a crise de mercado, que é de abrangência mundial. Ao lado da dificuldade de adequar os déficits a 3% do PIB, quando esse insiste em aumentar, comparece o maior dos problemas: avança o desemprego na França, Alemanha, Itália etc. Na França, desponta a resistência das massas, que se choca com as medidas governamentais.

A volta do PS ao governo expressa a dificuldade da burguesia em avançar o plano antipopular. A socialdemocracia ganhou as eleições com a demagogia de resolver o problema do desemprego, mas sabe que terá de aplicar as medidas do Tratado de Maastricht, que golpeiam o funcionalismo e as conquistas sociais. Mas

como fazê-lo sem que as manifestações que explodiram sob o governo de Chirac/ Alain Juppé (RPR) retornem com mais intensidade? Assim, o Primeiro Ministro Jospin (PS) exigiu verbalmente que o Tratado de Maastricht incorporasse o problema do desemprego e quase pôs a pique o acordo.

Foi necessário essa aparência para não indispor imediatamente as massas contra seu governo, uma vez que a dita União Européia implica em destruição da legislação social, a qual inclui a Previdência Social. A redução do déficit de 3,5 para 3% quer dizer atacar a vida dos trabalhadores.

Evidentemente, não é viável uma verdadeira unificação que acabe com as fronteiras nacionais, potencie o mercado e impulse as forças pro-

ductivas. O capitalismo europeu está esgotado como parte integrante da economia mundial. O Tratado de Maastricht cumpre a função de acirrar a guerra comercial travada com os Estados Unidos e Japão. E dentro desse processo de disputa interimperialista está colocado proteger o capital atacando a vida das massas.

A luta do proletariado crescerá nesse ambiente. Terá de superar a crise de direção e construir um programa internacionalista, que tenha por estratégia os Estados Unidos Socialistas da Europa e a revolução mundial.

Internacional

Nenhum atalho serve para a construção da Quarta Internacional

Publicamos abaixo artigo do Masas boliviano, nº 1570, de crítica às propostas de refundação ou reagrupamento da IV Internacional, defendidas aqui por altamiristas (PCO) ou lambertistas (O Trabalho).

A queda do estalinismo contra-revolucionário em escala mundial e as lutas sociais e de libertação nacional que têm se desenvolvido colocam no plano da atualidade a urgência de colocar em pé o partido mundial da revolução socialista. Para dar passos corretos nesse sentido, estamos obrigados a analisar autocriticamente as razões pelas quais a queda do estalinismo - algo previsto oportunamente por Lenin e Trotsky - arrastou atrás de si o marxismo-leninismo-trotskyismo, isto quando o processo deveria se dar de maneira inversa. Parecemos que somente na pequena e isolada Bolívia as coisas ocorreram de maneira inversa: o POR se fortaleceu em meio à desagregação das organizações esquerdistas.

Estamos obrigados a subli-

nhar que a vantagem do POR/Bolívia deve-se a que nasceu com programa e o aperfeiçoou oportunamente para poder penetrar no seio das massas, para poder transformá-las.

A lição pela qual não se deve passar por cima: somente pode transformar-se o partido e converter-se em estado maior dos explorados se se lança à prática revolucionária dirigida a transformar a classe operária.

Nesse ponto continua em pé nossa velha discrepância com não poucas organizações ditas "trotskistas".

Sustentamos que seremos partido trotskista se formos capazes de revelar as leis da história em nosso país, aplicando devidamente o método do mate-

rialismo histórico. Não é suficiente dizer que podemos repetir os textos do Manifesto Comunista ou do Programa de Transição, e sim que devemos demonstrar na atividade diária que conhecemos a realidade nacional em meio à qual atuamos.

O Programa de Transição não é um catálogo de reivindicações, mas um método que nos permite lutar cada minuto em favor da revolução social, partindo da realidade concreta.

Observamos espantados que não poucos grupúsculos em decomposição querem enganar com o tipo de organização da Internacional recorrendo ao método miserável do atalho oportunista.



Que a justiça burguesa não ponha as mãos sobre Antonio Justino (Tonhão)

O presidente da Apeoesp moveu um processo contra o militante e opositor Antonio Justino (Tonhão) alegando ter sido ofendido ao ser chamado de pelego e safado. O burocrata da Apeoesp pretende com isso quebrar a militância opositorista e abrir um precedente no movimento sindical. Em Natal, militantes do POR também foram ameaçados de processo na justiça burguesa por denunciarem as falcaturas da burocracia.

Esses dirigentes que passam a defender o capitalismo estão fadados por força de sua política a destruírem a democracia sindical e a reprimirem a militância. Hoje é o processo; amanhã expulsão do sindicato; depois de amanhã os bate-paus, como já ocorre em inúmeros sindicatos.

É uma questão de princípio contrapor à perseguição de Roberto Felício contra o opositor Antonio Justino. Trata-se de fazer uma ampla campanha de denúncia.

Bolívia

Ecos Eleitorais

1- Segundo a Corte Nacional Eleitoral, um milhão de pessoas inscritas não votaram. A isto se soma uma quantidade similar que não se inscreveram, por diferentes motivos. A abstenção geral nas eleições soma 59% do total de potenciais votantes na Bolívia. Enquanto os partidos políticos e Vogais da Corte Eleitoral minimizam o tema, o certo é que existe uma crescente indiferença da população com o jogo eleitoral.

2- Um milhão de pessoas não votaram, deram as costas às urnas... Estas pessoas já não acreditam nesta ridícula comédia e estão olhando para o outro lado, é um sinal de maturidade em uma parte de nosso povo

e de que nossa democracia é racista, machista e classista... Não chegou a ora de virar a mesa e mandar para o espaço esta comédia..?

3- Uma semana antes das eleições, o banzerismo organizou nas ruas de La Paz uma concentração massiva. Na rua Perez Velasco, o esperava um pequeno núcleo trotskista encabeçado por Vilma Plata que gritava : "Bánzer assassino e entreguista". Indignados os adenistas (ADN partido de Bánzer, NT) golpearam seus detratores produzindo sérias lesões. Este fato retrata a intolerância fascista, nos mostra o que será o governo Bánzer.

(extraído do Jornal MASAS do POR Boliviano nº 1571 20/06/97)

Que Democracia?

Vilma Plata é Detida no Dia das Eleições

A dirigente do Magistério pacenho foi detida na Casa Social do Mestre (sede dos Sindicato dos Professores Urbanos de La Paz) e conduzida a PTJ (casa prisional aos encargos do Tribunal de Justiça) com prisão preventiva, segundo as autoridades desta repartição policial, por suas declarações chamadas publicamente a boicotar as eleições.

A Casa do Mestre esteve rodeada por agentes civis desde as primeiras horas do dia e as autori-

dades eleitorais e governamentais lançaram anteriormente grandes ameaças a quem propusesse o boicote eleitoral, o voto nulo ou em branco e realizasse manifestações no dia dos comícios.

Neste país onde não existe democracia, em nome da farsa democrática se obriga a votar sob cacetadas, impede-se a liberdade de expressão e as posições contrárias as que sustentam os donos do poder.

Desde a Prisão:

Vilma Plata Convoca os Explorados a Expulsar do Poder o Próximo Governo Fascista Nascido da Farsa Eleitoral

1. A prisão da camarada porista demonstra o despotismo da suposta democracia; o boliviano já não tem o direito nem a abster-se. Está obrigado a votar, caso contrário é multado ou preso.

Na Bolívia não existiu, não existe, nem existirá uma democracia formal. Em seu lugar se instaurou uma ditadura do Poder executivo e da embaixada norte-americana, contra os famintos do país.

2. No 1º de junho, as massas deram as costas à farsa eleitoral (de 4.500.000 habitantes em idade de votar, somente 2.375.000 votaram em algum partido). É este alto nível de abstencionismo que a Corte nacional Eleitoral trata de ocultar. O certo é que nós bolivianos temos perdido as ilusões nesta democracia burguesa e em suas eleições. Os paizinhos de cor não solucionaram a fome e a miséria, pelo contrário a agravaram. Nós explorados estamos nos encaminhando a solucionar nossos problemas com nossas próprias mãos (ação direta).

3. O governo saído desta farsa eleitoral nasce morto, sem o respaldo dos bolivianos, pois só uma minoria votou por Bánzer (dos 4.500.000 só 11,7% apóiam o ditador).

4. O futuro governo com Bánzer à frente mostrará suas garras fascistas; a balas e cacetadas tratará de impor as ordens do embaixador norte-americano.

5. Convocamos os trabalhadores do país a lutar pelar expulsão do poder o próximo governo. Para este objetivo, em cada setor, devemos organizar piquetes armados de autodefesa para repelir a arremetida da besta fascista.

6. Voltamos a repetir que o objetivo final de nossa luta é a tomada do poder por parte dos oprimidos. A instauração do governo operário e camponês (ditadura proletária).

Comité Regional do POR.

La Paz, 3 de junho de 1997

(Extraído do jornal Masas do POR boliviano nº

Que a justiça burguesa tire as mãos de José Rainha

É dever de toda militância centrar fogo na defesa de José Rainha contra a condenação de 26 anos. O escandaloso julgamento horrorizou até mesmo os juristas burgueses. Ocorre que os latifundiários disseram qual devia ser a pena por um crime, que

sequer foi comprovado. O Tribunal apenas cumpriu ordens dos poderosos oligarcas da região. Trata-se de formar por toda parte os Comitês contra a opressão social e política e travar a campanha contra a perseguição política às lideranças do MST.



México: o que significa a vitória do reformismo

A vitória de Cuauhtémoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática (PRD), para a prefeitura da Cidade do México, foi saudado como um grande acontecimento. Principalmente porque golpeia a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governa há 68 anos o país.

Cárdenas se apresenta como reformista. Ou seja, como opositor do domínio oligárquico do PRI, da política econômica que provoca a "exclusão social" e da corrupção. Lembra bem o PT brasileiro. Não é por acaso que os petistas, incluindo suas correntes internas de esquerda, ficaram exultantes e esperançosos. Afinal, ganhou o partido do Fórum das Esquerdas. Mas esquecem que o próprio PRD foi um racha do PRI por causa do aparelho, quando da escolha de Carlos Salinas de Gortari como candidato a presidência no final da década de 80 no lugar de Cárdenas.

Mas qual é o verdadeiro significado da ascensão de Cárdenas à mais poderosa prefeitura do México? Em primeiro lugar, é verdade que representa um descontentamento crescente da população com o desemprego, a recessão, os baixos salários, enfim, com a política pró-imperialista do PRI. Em segundo lugar, o reformismo de Cárdenas não vai ao ponto de romper a política pró-imperialista do PRI. É justamente esse segundo ponto que os reformistas brasileiros procuram esconder.

O programa do PRD não é antiimperialista. Admite como fatalidade o NAFTA. O que quer dizer a maior submissão da semicolônia mexicana aos ditames dos Estados Unidos. A primeira atitude de Cárdenas foi a de aparecer de mãos dadas com o Presidente da República do PRI e a de explicar que não fará uma oposição radical ao governo federal. Admite-se

assim a diretriz neoliberal, que não é outra coisa senão submissão ao imperialismo.

O fato é que os reformistas do México, tanto quanto os do Brasil, se contentam em ser a ala esquerda do neoliberalismo, se é que podemos caracterizar assim sem ferir a análise política. Mas para não restar dúvida, os reformistas se caracterizam pela impotência frente a dita "globalização" e capitulam prematuramente ao toparem com o conjunto de medidas impostas pelo capital internacional. Dessa forma, servem de amortecedores para a implantação do neoliberalismo.

Tal impostura tem sua razão objetiva. É necessário constituir uma força que se interponha entre o governo pró-imperialista e as massas que se chocam contra a violência da burguesia. A vitória de Cárdenas tem esse significado.

Os Zapatistas diante das eleições

O dirigente da guerrilha camponesa de Chiapas, comandante Marcos, declarou que os zapatistas se colocariam pelo boicote às eleições. Essa posição causou a maior indignação dos reformistas, provavelmente do mundo inteiro. Pelas informações que temos, não nos é possível saber os fundamentos. Parece que o PRD não correspondeu às exigências de defesa dos Zapatistas.

O programa dos zapatistas se baseia na estratégia reformista de democratização do Estado e moralização da democracia burguesa. Por isso, não se explica o não apoio a Cárdenas. Mas o fato é que o boicote não correspondeu à defesa da revolução proletária e à ausência de um partido revolucionário intervindo nas eleições. Dois aspectos essenciais que justificam o voto nulo, que deve

ser programático.

No México, como no Brasil, Argentina, uma grande parcela das massas ainda é prisioneira das ilusões democráticas. Também é verdade que está em curso a crescente desconfiança de uma outra parcela, que percebe instintivamente a decadência dos partidos patronais e toda corrupção. Cerca de 50% dos votantes se abstiveram ou anularam o voto, o que é expressivo na situação mexicana. Mas esse fenômeno não quer dizer que as massas se livraram das ilusões democráticas. O que implica não desconhecer as eleições e nelas intervir combatendo as ilusões democráticas através do programa da revolução e ditadura proletárias.

Mas os zapatistas têm um programa adaptado ao capitalismo, de características nacional-reformistas. Chamaram o boicote, mas não puderam se diferenciar do reformismo de Cárdenas, a julgar por seu conhecido programa. Isto levou a que 35 das 48 maiores comunidades que apóiam os zapatistas decidiram pelo apoio a Cárdenas.

A tarefa que se coloca no México é construir o partido marxista-leninista-trotskista, ou seja, da IV Internacional.

Tanto aqui como no México os lambertistas apóiam o reformismo

O balanço das eleições mexicanas da Organização Socialista dos Trabalhadores, organização mexicana irmã da Corrente O Trabalho nos mostram como tanto aqui como lá se apóiam na ilusão de que algum dia o reformismo possa combater a burguesia corrompida e o imperialismo. Mais que isto, iludem as massas afirmando que através de eleições podemos derrubar a burguesia, ou ao menos mudar a correlação de forças.

Em sua avaliação dizem: " Neste contexto, os milhões de votos recebidos pelo PRD constituem um mandato da população para este partido.

Esses milhões de votos dão o mandato de melhorar as condições de vida da população e de defender de maneira real a soberania nacional.

A democracia exige que este mandato seja cumprido (...)

Os milhares que tiraram o PRI do governo do Distrito Federal, que votaram por uma mudança na política em benefício das maiorias, esperam, ao contrário, que o mandato que deram seja respeitado (...)" (Jornal O Trabalho nº 149).

De fato podemos perceber que é a mesma posição que O Trabalho tem sobre o PT.



Próximo aos 30 anos da morte de Che Guevara

Transcrevemos abaixo textos do POR boliviano escritos durante o período em que o foquismo era a tendência predominante. A crítica programática do POR assume ainda maior valor porque foi feita na contra-corrente dos movimentos de esquerda, que desprezavam completamente a construção do programa revolucionário, e mitificavam o foquismo devido à vitória obtida por Castro e seus companheiros em Cuba.

Internacional



Partimos da concepção leninista de que os diversos métodos de luta, criados até hoje pelas massas e os que podem vir a ser criados no futuro, devem ser atualizados e usados de acordo com as condições políticas imperantes em um momento político determinado. Não existem métodos de luta que possam ser empregados em quaisquer circunstâncias. Os métodos que em certo momento servem perfeitamente aos fins revolucionários podem deixar de ser úteis quando se modificam as circunstâncias.

Os métodos que o trotskismo emprega são os métodos da revolução proletária, em cuja base se encontram a mobilização e a ação direta das massas, e que podem adquirir uma multiplicidade de manifestações formais, de acordo com as particularidades nacionais e a evolução particular da consciência de classe dos trabalhadores. É necessário assinalar sempre que a revolução social será realizada pelas massas ou não ocorrerá. Constitui um desvio gravíssimo, fomentado pelas tendências foquistas, declaradas ou envergonhadas, pretender substituir as massas, que normalmente se movem com muita lentidão, por grupos minoritários que substituem a luta de classes pelo desespero tipicamente estudantil.

As massas devem amadurecer politicamente para serem capazes de utilizar certos métodos de luta e o partido revolucionário não deve olhar com desdém ou desconfiança quando os explorados, por terem sido colocados diante de uma situação peculiar, utilizam formas de luta até então desconhecidas.

OS MÉTODOS DE LUTA

Os explorados recorrem a certos métodos por necessidade histórica, vale dizer, que a sua utilização se converte em condição imprescindível para realizar certos objetivos e não porque algum grupo de especuladores ou um grupúsculo de gente treinada em atividades militares as incitem a isto.

O partido político constitui o elemento fundamental e ativo que serve como motor do avanço da consciência de classe e nesta medida trabalha positivamente para que seja possível a utilização, por parte das massas, de certos métodos de luta. Porém, nem mesmo o partido aponta, arbitrariamente ou antecipadamente, por quais métodos se desenvolverá a atividade revolucionária, pois as circunstâncias futuras precisas pelas quais passará a luta de classes são simplesmente imprevisíveis.

A vigência dos métodos de luta não está determinada pelo fato de estarem catalogadas nos textos marxistas clássicos, mas dependem da situação política e da maturidade das massas. A atividade do partido assimila a obra das massas - também em matéria de métodos de luta - e generaliza essa aquisição, contribuindo para que seja incorporada ao arsenal da classe. O paternalismo pequeno burguês - mistura de presunção e messianismo - está sempre empenhado em ensinar os operários e dita para eles curiosas receitas sobre os melhores métodos de luta etc. Tudo isso acaba servindo à reação nativa e ao imperialismo.

A ação direta quer dizer que as massas tomam em suas mãos seus problemas e os do país e os resolvem por sua própria conta, utilizando suas organizações, sua força e seus recursos próprios, à margem de toda ingerência estranha, seja das autoridades, das leis burguesas ou das instituições e ideologia de outras classes sociais. A ação direta pode adquirir as formas mais diversas: desde as manifestações de rua, pressões de todo o tipo sobre os patrões ou o "seu" Estado, até as múltiplas manifestações grevistas e todas as variantes da luta armada das massas.

Quando os métodos de luta são considerados como manifestações da ação direta supõe-se que estamos nos referindo aos métodos utilizados para mobilizar as massas e para que estas imponham seus objetivos. O uso irresponsável e aventureiro de determinados métodos de luta somente podem ser dados quando alguns grupúsculos se lançam a fazer a "revolução" por sua conta e risco com a segurança de que o "povo"

os aplaudirá e apoiará passivamente.

Esta concepção do emprego dos métodos de luta se opõe radicalmente ao populismo, que acaba dissolvendo a consciência proletária na massa cinza e abstrata do que eles consideram como povo e que, na realidade, não é mais do que a subordinação da classe operária à direção burguesa ou pequeno burguesa. Estas direções, para poder consumir suas operações blanquistas, precisam inventar métodos de luta e de um modo natural tentam impô-los às massas.

Não pode haver a menor dúvida de que o processo revolucionário encaminha-se para a luta armada, que será necessário desencadear para expulsar do poder os governos caducos e cambaleantes da reação. Na etapa preparatória da insurreição, os trabalhadores podem se ver obrigados a recorrer às armas uma e outra vez. A luta revolucionária supõe para nós as múltiplas formas de luta armada, porém todas estas são apenas um aspecto da política revolucionária do proletariado. Por ter se convertido em liderança nacional, por encarnar os interesses nacionais, o proletariado impõe seus métodos às outras classes sociais, ou seja, à maioria do país.

A luta armada, por sua vez, pode adquirir as mais diversas formas e cada uma destas pode ou não entrar em vigência, sempre com relação à situação política, que está determinada pelas atitudes que as massas assumam.

A luta armada não é um fim em si mesma nem se trata de uma forma de luta que deve ser imposta às massas de fora; é, ao contrário, uma das manifestações da sua mobilização, do seu radicalismo e politização, enfim, da sua luta pelo poder. Os explorados, ao se levantarem revolucionariamente, vão criando órgãos de poder que, em determinada circunstância, vêm-se obrigados a recorrer às armas para impor suas decisões. O que queremos dizer é que tanto o armamento como as operações militares devem ser consideradas, somente valem como tais, manifestações das classes que se levantam contra o estado de coisas imperante, sob a direção do proletariado.

É necessário lutar sistemática e energicamente contra todos os desvios militaristas, que consideram a luta armada, em qualquer de suas formas, como um finalidade em si, como patrimônio de uma minoria que atua às costas das massas.

A luta armada serve à política revolucionária e, de uma maneira geral, não é mais do que o seu prolongamento por



outros meios. Para os militaristas, a luta armada está acima da política, da luta de classes e dos próprios partidos. O trotskismo luta para que os destacamentos armados se submetam ideológica e organizativamente à direção do partido revolucionário da classe operária.

A atividade militar e a luta armada adquirem transcendência para as massas e para a atividade revolucionária se são obra das massas, somente nesta medida podem contribuir para o avanço da evolução da consciência de classe. Se a luta armada e os problemas militares se circunscrevem a ser expressões de um pequeno grupo perdem toda significação de classe.

O proletariado latinoamericano foi protagonista de muitas formas de luta armada contra seus opressores e tem uma rica experiência em matéria de armamento; a atividade revolucionária deve partir desta experiência, deve assimilá-la e elevá-la politicamente.

A norma suprema na matéria consiste em subordinar todos os métodos de luta que sejam utilizados pelas massas, desde o parlamentarismo até a luta armada, à ação direta de massas; todos os métodos lhe devem ser subordinados.

A atuação do partido revolucionário deve tender a que as explosões revolucionárias das massas se subordinem à ação do proletariado. Por outro lado, a tarefa propagandística do trotskismo, em tempo de superar todos os desvios militaristas e foquistas, deve ensinar que a ação direta é a mãe de todos os métodos de luta.

O armamento das massas e a organização de destacamentos de combate, devem ser encarados como manifestações da poderosa mobilização dos explorados, como a resposta a necessidades concretas.

No plano da propaganda, o armamento das massas, e particularmente da classe operária, adquire uma atualidade permanente. Neste plano, o transcendental consiste em ensinar a

urgência deste armamento.

Somente a ação do partido e a concepção de que armamento e ações militares são parte da política revolucionária da classe, podem evitar que se cometam aventuras e desvios caricaturais.

A insurreição deve ser considerada, tal qual é nos fatos, como o ponto culminante do processo revolucionário e não como um método de luta a mais que pode se opor ou entrar em competição com outros. Esta desvirtuação é própria de alguns ultra-esquerdistas que nos falam como se tivessem métodos mais importantes que o método insurrecional. Se os métodos de luta são bem aplicados devem conduzir à insurreição e não ao aborto ou a frustrações.

No ponto culminante da insurreição, quando se trata do fato de tomar fisicamente o poder, a política é reduzida à arte militar, porém não é que esta última tenha se emancipado da estratégia revolucionária, mas, ao contrário, de que deve servi-la integralmente.

A construção dos partidos revolucionários na América Latina não pode se dar à margem da mais severa crítica às tendências estranhas ao proletariado que apregoam, como receita salvadora, a permanente proeminência de um determinado método de luta ou seu uso obrigatório e exclusivo. Esta luta será travada levando-se em conta as considerações anteriores, o que supõe superar as tremendas limitações da ultra-esquerda em geral (foquistas, populistas, pablistas etc.), dos estalinistas parlamentares e dos nacionalistas, muitas de cujas tendências são francamente golpistas. A discussão diária acerca dos métodos de luta à serem empregados na América Latina adquire grande importância e pode ajudar a vanguarda revolucionária a amadurecer rapidamente.

O partido revolucionário tende a que todas as ações militares e os destaca-

mentos armados estejam sob sua direção política; assim o exige o porvir da revolução. No entanto, a luta de classes seria inconcebível se não se tem em conta que sempre existe uma margem maior ou menor de ações espontâneas, concepção que é extensiva também ao problema militar e do armamento. Nos momentos de maior tensão das condições de classe, as massas exteriorizam sua grande capacidade criadora através das ações espontâneas em um grande número de casos.

O partido não rejeita nem vira as costas à ação espontânea, mas funde-se com ela e trabalha firmemente para dar-lhe um conteúdo claro, para transformá-la em ação consciente.

Não poucas vezes inclusive a criação dos órgãos de poder (foi notável o caso dos camponeses em 1952) é consequência da atividade espontânea. O partido, neste caso, penetra e atua no seio da nova organização procurando orientá-la politicamente.

As ações militares espontâneas tornam-se frequentes particularmente nos períodos em que começa o ascenso das massas, quando a atividade do partido revolucionário é ainda limitada. A sorte da revolução aconselha que estas ações sejam centralizadas e elevadas em seu conteúdo, até transformar-se em ações politicamente controladas.

A GUERRILHA DO "CHE" NA BOLÍVIA

A partir do momento que a presença do "Che" na Bolívia foi confirmada pelo imperialismo (em parte pela indiscrição do jornalista francês Debray, partidário da guerrilha que fora feito prisioneiro em abril) houve uma crescente participação tanto na repressão ao foco guerrilheiro do sudeste boliviano. Foram enviados "instrutores", agentes da CIA e todo tipo de apoio militar e "inteligência" para colocar em marcha uma verdadeira "caça" humana.

O movimento guerrilheiro que o "Che" tentou instalar no oriente boliviano careceu desde o início de uma fisionomia política definida. Não apresentou nenhum programa e nem sequer havia adotado um nome (esta incongruência acabou sendo resolvida improvisadamente pela necessidade de publicar um comunicado - o primeiro - após o apressado início das ações militares em função da ação do exército). Esse comunicado prometia que "em comunicados futuros fixaremos nitida-

mente nossa posição revolucionária", porém nos cinco comunicados publicados em seguida, a promessa não foi cumprida.

As colocações políticas não superaram as generalidades: denúncia da ditadura gorila, chamada à unidade para "responder à violência com violência", "programa mínimo que conduza à libertação da Bolívia". O ELN, nome adotado pelo grupo guerrilheiro, tampouco procurou delimitar-se do restante das forças políticas existentes na Bolívia.

Este tipo de generalidades adequava-se ao estranho equilíbrio sobre o qual foi montado o grupo guerrilheiro: conjugar os quadros cubanos que rodeavam o "Che" com o débil e escassamente implantado PC boliviano (sua política direitista e pró-gorila o havia desprestigiado muito). Os cubanos, que foram a coluna vertebral das operações militares, eram veteranos de Sierra Maestra e da Baía dos Porcos. Sua colocação política fundamental neste

momento havia sido formulada pelo "Che" em sua mensagem à Tricontinental onde chamava a criar dois... três... muitos Vietnãs, ou seja, que era necessário abrir outra frente na América Latina "para tirar o Vietnã do isolamento" (e também Cuba). Desta forma, o "foco" boliviano era concebido como parte de uma segunda frente continental que deveria ser estendida ao Peru e à Argentina. Era uma colocação essencialmente militarista. Daí que sua preocupação fundamental estivesse voltada para contar com um bom aparato sem levar em conta nem a situação política nem as vinculações do

grupo guerrilheiro com as massas. Tudo mais viria como consequência nesta longa guerra.

O estalinismo boliviano, da mesma forma que o conjunto do estalinismo latino-americano, rejeitava as teses castristas sobre a luta armada guerrilheira. No entanto, havia aceitado que alguns dos seus quadros mais jovens colaborassem nas tarefas de apoio durante as falidas experiências guerrilheiras da Argentina (1963/64) e do Peru (1965/66).

Estes quadros jovens foram sendo ganhos pelos cubanos e pelo "Che" para participar ativamente no movimento guerrilheiro do qual acabaram se tornando seus líderes bolivianos (Coco e Inti Peredo, Loyola Guzman). Estes núcleos, no entanto, permanecem disciplinados ao PC, com o qual o "Che" pretendia a todo momento fazer a tarefa de recrutamento e armar sua base de apoio nas cidades.

Porém, em 1965 o PC boliviano dividiu-se entre um setor pró-Moscou (Monge, Kollé, Reyes) e outro pró-Pequin (Zamora). Zamora também havia chegado a acordos com o "Che", mas depois da ruptura do PC deu uma guinada e expulsou o núcleo de Moisés Guevara, o qual se incorporou ao grupo guerrilheiro (este grupo contava com elementos muito despolitizados e por esta via os serviços de repressão infiltraram dois delatores; aí também houve desertores e militantes expulsos). O PC pró-Moscou não havia levantado objeções enquanto os planos dos guerrilheiros se desenvolvessem fora da Bolívia, mas quando o "Che" decidiu começar operações na Bolívia a situação tornou-se muito tensa. Segundo Debray (*A Guerrilha do Che*) foi necessário modificar o lugar escolhido que era o Alto Beni, mais próximo de La Paz, mais politizado, habitado e onde havia maior trabalho dos partidos de esquerda, porque o PCB havia "queimado" o lugar. A zona de Nacahuazú, finalmente escolhida, muito mais inóspita, era completamente desconhecida para os guerrilheiros e não contavam

com nenhum simpatizante em centenas de quilômetros.

Já instalados em Nacahuazú, no final de 66, Monge, secretário-geral do PCB, foi até o acampamento negociar com o "Che" a proposta obviamente inaceitável de que o "Che" se colocasse sob a sua direção. Ao ser rejeitada a reivindicação, Monge iniciou um atrito entre a guerrilha e o PCB que nunca foi superado.

O "Che" tentou reconquistar o apoio do PCB em várias oportunidades e até a própria direção cubana em Havana interveio várias vezes para restabelecer o apoio (*Diário do Che*), mas inutilmente.

Fidel Castro denunciou, em sua introdução ao diário do "Che", que "Monge dedicou-se a sabotar o movimento, interceptando em La Paz os militantes comunistas bem treinados que iam unir-se às guerrilhas" e que a luta do "Che" foi "criminosamente frustrada por dirigentes incapazes, charlatães e manobristas".

Fidel Castro também denunciou Zamora como sendo "outro Monge que havia algum tempo se comprometido com o Che a trabalhar pela organização da luta guerrilheira na Bolívia, renegando depois todos os compromissos e cruzando covardemente os braços na hora da ação". Inclusive Debray denuncia que em agosto de 1967 "uns vinte militantes e responsáveis da regional de Cochabamba decidiram espontaneamente unir-se à guerrilha que eles haviam localizado pelos seus próprios meios. Quando a direção do PCB se inteirou disso, um membro do burô político foi expressamente a Cochabamba a fim de dissuadi-los, sob pena de uma medida de exclusão pública e formal".

A traição do estalinismo boliviano, em quem o "Che" e Fidel Castro haviam depositado responsabilidades de apoio, agravou o isolamento do foco e facilitou sua liquidação.

A campanha militar do grupo guerrilheiro estendeu-se de março de 1967 até a captura do "Che" em 7 de outubro (os poucos sobreviventes, entre eles Inti Peredo e vários oficiais cubanos fugiram para o Chile). As condições políticas determinaram todo o desenvolvimento das ações. Dado o desconhecimento da zona, sua falta completa de contatos com a população e as primeiras deserções, os guerrilheiros foram prematuramente localizados pelo exército. Ainda assim, nas primeiras semanas conseguiram alguns êxitos, dado o excelente armamento e à grande preparação de alguns quadros (especialmente cubanos). Porém, à medida em que o exército os foi cercando, o isolamento tornou-se absoluto, a ponto de que as duas seções em que se dividiu o grupo não puderam se reagrupar por completa falta de contatos e de enlace.

Suas relações políticas com os poucos camponeses da zona foram terrivelmente difíceis. Os guerrilheiros limitaram-se a pagar um preço mais alto pelos produtos que necessitavam, mas quando o dinheiro acabou, como também os víveres, não restou outra alternativa além da pressão. O próprio

"Che" reconheceu em seu diário que era necessário exercer um tipo de terror revolucionário para evitar que os camponeses servissem as tropas, as quais também pagavam por seus serviços ou exerciam sua própria cota de terror.

As redes de apoio nas cidades, que eram muito fracas, também caíram, bloqueadas pelo PCB, tornando mais completo o isolamento. Todos os últimos balanços do "Che" em seu diário assinalam como principal problema a falta de apoio nas cidades e a falta completa de recrutamento.

A situação política boliviana, ao começar o movimento guerrilheiro, era de refluxo, depois dos brutais massacres de operários de maio e setembro de 1965, que haviam seguido o golpe militar "superdemocrático" do General Barrientos (segundo Nahuel Moreno) em novembro de 1964. Houve um certo reanimamento no outono de 67, do movimento sindical e estudantil. O setor mineiro, em particular, tentou reagrupar-se em um congresso clandestino da Federação, mas o regime apelou novamente para uma repressão feroz em 24 de junho de 1967 (massacre de São João).

A parte à quase nula repercussão que teve naquele momento, é importante analisar o comunicado nº 5 do ELN sobre este massacre. Nele, o "Che" chama os mineiros a não prestar novamente ouvidos aos falsos apóstolos da luta de massas... contra metralhadoras de nada valem os peitos heróicos... a luta de massas deve ser desenvolvida por uma pequena vanguarda móvel: a guerrilha... o ELN te espera com os braços abertos e te convida a unir-te a nós". Em seu balanço do mês, o "Che" escreve no seu diário: "O massacre nas minas clareia muito o panorama para nós e se podemos difundir nossa proclamação será um fator de esclarecimento".

Este é talvez o próprio coração da posição militarista, que parte de ignorar deliberadamente a evolução política da classe e das massas. Mais adiante surgirão tendências que pretendem corrigir "defeitos" desta concepção, não desdenhando a ação política e até mesmo a estrutura partidária (o PRT argentino por exemplo). Porém, o que o comunicado nº 5 tem em comum com todas estas experiências (Tupamaros, MIR, ERP, os foquistas brasileiros) é o desprezo absoluto pela evolução política das massas, que são quem faz a revolução, e sua pretensão de substituir este processo político pelo "matraquear da metralhadora".

O isolamento e a traição do estalinismo conduziram à tragédia de Higuera, na qual o punhado de homens que cercava o "Che" foi emboscado e não pôde evitar sua captura. O "Che", líder da primeira revolução nacional da América Latina, a qual rapidamente se transformou em anticapitalista, e inspirador da luta contra as tendências à restauração capitalista da burocracia russa foi executado por um suboficial boliviano sob as ordens da CIA. A revolução latinoamericana pagou com uma derrota uma deficiência descomunal de programa e de estratégia.

